



Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Nº do Caderno

Nº do Documento

ASSINATURA DO CANDIDATO

2º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer anotação.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever, na Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifícil_jogofácil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2411187512M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região
TRT 20ª Região

CARGO:

Técnico Judiciário - Área Administrativa

MODELO/BANCA:

FCC

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

12/2024

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

11/2024

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

TRT 20ª REGIÃO - 2º SIMULADO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA (PÓS-EDITAL)

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Letícia Bastos

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 14.

As ideias de um pensador indígena para adiar o fim do mundo

Em livro, Ailton Krenak reflete sobre o “mito da sustentabilidade” e desafia a visão sobre humanidade.

1 Ansiedade climática. Este é apenas um dos males que acometem tanta gente em tempos de enchentes, onda de calor, secas e tantos outros desastres que são consequência, sobretudo, da devastação ambiental levada a cabo por nós mesmos. Mas diante de tal aflição, um dos maiores pensadores indígenas da atualidade questiona “por que nos causa tanto desconforto a ideia de que estamos caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar”. Longe de fazer pouco caso do iminente colapso do planeta, Ailton Krenak quer chamar a atenção para algo que às vezes nos escapa: a destruição que hoje assusta a humanidade começou há séculos. Essa é uma das considerações centrais em “Ideias para adiar o fim do mundo”.

O livreto de cem páginas é uma adaptação de duas palestras e uma entrevista concedida por Krenak entre 2017 e 2019. Mas contrariando – e criticando – o cientificismo ocidental, o autor não fornece uma fórmula ou um passo a passo para evitar o fim do mundo que conhecemos. Ele provoca com reflexões que colocam em xeque a base do pensamento ocidental. [...]

10 Para adiar o fim do mundo, é preciso deixar de insistir no que Krenak chama de “mito da sustentabilidade”, defendido inclusive por instituições como a ONU (Organização das Nações Unidas). É mito porque afirma ser possível salvar o planeta com ações que, na verdade, só abrandam minimamente o problema, mas não agem na raiz dele. Para piorar, essas ações muitas vezes sequer saem do papel. O Brasil, por exemplo, aumentou em 21,4% sua emissão de gases do efeito estufa nos últimos sete anos, e com isso está distante de cumprir a meta assumida no Acordo de Paris, em 2015.

15 De acordo com o pensador indígena, é preciso, antes de tudo, mudar a forma como concebemos a natureza: deixar de enxergá-la como um “recurso natural”, a ser explorado, e aceitar que somos parte dela. Nos desapegarmos da ideia de que somos uma única humanidade, mas que há vivências múltiplas.

20 Recorrendo a outros grandes nomes como Eduardo Viveiros de Castro, Davi Kopenawa e Eduardo Galeano, Krenak nos lembra da resistência secular dos povos indígenas, recorda crimes ambientais, questiona as corporações e instituições ocidentais e sentencia: “se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa cegueira que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir a nossa mente para alguma cooperação entre os povos, não para salvar os outros, mas para salvar a nós mesmos”.

(Adaptado).

1. Com base nas reflexões apresentadas por Ailton Krenak em “Ideias para adiar o fim do mundo”, pode-se inferir que o autor propõe uma crítica fundamental ao “mito da sustentabilidade”. De acordo com o texto, a razão principal para Krenak considerar essa ideia um mito é porque:
- (A) as ações sugeridas para a sustentabilidade frequentemente não enfrentam as causas profundas da destruição ambiental, limitando-se a medidas paliativas e insuficientes.
 - (B) a sustentabilidade, segundo o autor, é uma utopia inalcançável, visto que o ser humano é incapaz de mudar sua relação exploratória com a natureza.
 - (C) ele considera que apenas os povos indígenas possuem uma verdadeira compreensão de como preservar o meio ambiente e retardar o colapso.
 - (D) ele acredita que a sustentabilidade é uma invenção ocidental que não leva em conta as diferentes formas de interação com a natureza desenvolvidas por outros povos.
 - (E) o autor sugere que o conceito de sustentabilidade foi criado para justificar o consumo desenfreado e a exploração econômica dos recursos naturais.

2. Em "Ideias para adiar o fim do mundo", Ailton Krenak propõe uma crítica ao pensamento ocidental sobre o meio ambiente, especialmente à forma como conceitos como a "sustentabilidade" são tratados. Considerando as reflexões do autor, assinale a alternativa abaixo que melhor representa uma visão crítica apresentada por Krenak em relação ao modo como a humanidade lida com a natureza.
- (A) O autor argumenta que o colapso ambiental é inevitável, pois as ações sustentáveis jamais serão suficientes para deter a destruição natural.
 - (B) Segundo Krenak, a sustentabilidade é um conceito que apenas beneficia as grandes corporações, pois essas entidades lucram com medidas paliativas.
 - (C) Para Krenak, a visão da natureza como "recurso natural" a ser explorado reflete uma desconexão entre humanidade e ambiente, contribuindo para a crise ambiental.
 - (D) O autor afirma que o problema ambiental poderia ser resolvido se as nações ocidentais adotassem o modelo de vida dos povos indígenas.
 - (E) Krenak acredita que as ações sustentáveis são eficazes, mas dependem de uma maior adesão de instituições como a ONU e governos.
3. A partir das ideias apresentadas por Ailton Krenak em "Ideias para adiar o fim do mundo", é possível identificar uma crítica profunda ao modo como a humanidade se relaciona com a natureza e os conceitos ocidentais de sustentabilidade. Assinale a alternativa a seguir que melhor reflete essa visão crítica.
- (A) Krenak argumenta que a humanidade sempre terá o controle sobre a natureza, desde que utilize práticas sustentáveis apoiadas por organismos internacionais.
 - (B) Para Krenak, as práticas de sustentabilidade atuais são eficazes, mas precisam ser aplicadas de forma mais abrangente e com maior frequência.
 - (C) Segundo o autor, o colapso ambiental só pode ser evitado por meio de uma regulamentação rígida das atividades industriais, especialmente nos países em desenvolvimento.
 - (D) Krenak propõe que a solução para os problemas ambientais está na renúncia total da tecnologia e no retorno a um estilo de vida primitivo.
 - (E) O autor desafia a ideia de que a natureza deve ser vista como um recurso a ser explorado, propondo que a humanidade se veja como parte dela, e não como seu dominador.
4. Com base nas reflexões de Ailton Krenak em "Ideias para adiar o fim do mundo", assinale a alternativa que expressa com maior precisão a visão do autor sobre o conceito de sustentabilidade e a relação da humanidade com a natureza.
- (A) Krenak acredita que o desenvolvimento sustentável, como promovido pelas grandes instituições, é a única forma de evitar o colapso ambiental e preservar o planeta para as próximas gerações.
 - (B) Para Krenak, o conceito de sustentabilidade é um mito, pois as ações propostas frequentemente apenas aliviam superficialmente os problemas ambientais, sem atacar suas causas profundas.
 - (C) O autor defende que o aumento do uso de tecnologias sustentáveis será suficiente para resolver os problemas ambientais atuais.
 - (D) Krenak considera que o homem é o principal responsável pela preservação da natureza e, por isso, deve assumir uma postura de protetor e salvador do meio ambiente.
 - (E) Segundo Krenak, a solução para os problemas ambientais está em desenvolver projetos que visem exclusivamente a conservação dos recursos naturais, sem interferir nas atividades econômicas.
5. Com base na tipologia e no gênero textual de "Ideias para adiar o fim do mundo", de Ailton Krenak, assinale a alternativa que melhor caracteriza o tipo de discurso utilizado pelo autor para abordar a questão ambiental.
- (A) Trata-se de um texto predominantemente narrativo, no qual o autor utiliza histórias e personagens fictícios para ilustrar a crise ambiental.
 - (B) O texto possui caráter dissertativo-argumentativo, com Krenak apresentando reflexões críticas sobre o conceito de sustentabilidade e questionando o pensamento ocidental em relação à natureza.
 - (C) É um texto expositivo, focado em apresentar dados científicos e estatísticas que comprovam a necessidade de preservar o meio ambiente.
 - (D) O texto é essencialmente descritivo, apresentando a natureza de forma idealizada e destacando suas belezas como forma de sensibilizar o leitor.
 - (E) Trata-se de um texto instrucional, que oferece ao leitor um conjunto de passos e práticas a serem seguidas para alcançar a sustentabilidade.

6. No trecho "Em livro, Ailton Krenak reflete sobre o 'mito da sustentabilidade' e desafia a visão sobre humanidade", assinale a alternativa que apresenta corretamente a classificação morfológica das palavras destacadas em relação ao seu papel gramatical na frase.
- (A) "Em" é uma preposição; "livro" é um substantivo; "reflete" é um verbo no presente do indicativo; "sobre" é uma preposição; e "humanidade" é um substantivo.
- (B) "Em" é um advérbio; "livro" é um pronome; "reflete" é um substantivo; "sobre" é uma conjunção; e "humanidade" é um verbo.
- (C) "Em" é uma conjunção; "livro" é um verbo; "reflete" é um advérbio; "sobre" é um pronome; e "humanidade" é um adjetivo.
- (D) "Em" é um pronome; "livro" é um advérbio; "reflete" é um verbo no pretérito perfeito; "sobre" é um artigo; e "humanidade" é um advérbio.
- (E) "Em" é uma preposição; "livro" é um advérbio; "reflete" é um substantivo; "sobre" é uma conjunção; e "humanidade" é um pronome.
7. No trecho "Para adiar o fim do mundo, é preciso deixar de insistir no que Krenak chama de 'mito da sustentabilidade', defendido inclusive por instituições como a ONU", os tempos e modos verbais utilizados colaboram para expressar a intenção do autor em relação à ideia apresentada. Com base nisso, assinale a alternativa que explica corretamente a função dos tempos e modos verbais destacados.
- (A) O verbo "é" está no futuro do presente, sugerindo que a ação de "adiar" o fim do mundo está condicionada a eventos futuros.
- (B) O verbo "deixar" está no presente do indicativo, afirmando uma certeza, enquanto "chama" está no pretérito imperfeito, indicando uma ação que era recorrente no passado.
- (C) "É" está no pretérito perfeito, marcando uma ação concluída, e "deixar" está no presente do subjuntivo, demonstrando uma ação hipotética.
- (D) O verbo "deixar" está no infinitivo, expressando uma ideia de comando ou instrução, e "chama" está no futuro do presente, indicando algo que se manifestará adiante.
- (E) O verbo "é" está no presente do indicativo, estabelecendo uma necessidade atual, enquanto "chama" está também no presente do indicativo, demonstrando uma opinião constante de Krenak sobre o conceito de "mito da sustentabilidade".
8. No trecho "Ailton Krenak quer chamar a atenção para algo que às vezes nos escapa: a destruição que hoje assusta a humanidade começou há séculos.", analise os termos da oração e assinale a alternativa que apresenta corretamente a função sintática do termo "a atenção".
- (A) Objeto direto do verbo "chamar", pois complementa diretamente o verbo com uma ideia de totalidade.
- (B) Objeto indireto do verbo "chamar", pois o verbo exige uma preposição para a construção de sentido completo.
- (C) Objeto direto do verbo "chamar", pois é o termo que completa o sentido do verbo transitivo direto, indicando o foco da ação de Krenak.
- (D) Adjunto adnominal, uma vez que "a atenção" especifica o objeto direto do verbo.
- (E) Predicativo do sujeito, estabelecendo uma característica atribuída ao sujeito "Ailton Krenak".
9. No trecho "Mas diante de tal aflição, um dos maiores pensadores indígenas da atualidade questiona 'por que nos causa tanto desconforto **a ideia de que estamos caindo**?'", assinale a alternativa que apresenta a função sintática correta do termo destacado "a ideia de que estamos caindo".
- (A) Objeto direto do verbo "causa".
- (B) Objeto direto do verbo "questiona".
- (C) Complemento nominal de "desconforto".
- (D) Sujeito da oração subordinada.
- (E) Aposto de "desconforto".
10. No trecho "Para adiar o fim do mundo, é preciso deixar de insistir no **que** Krenak chama de 'mito da sustentabilidade'", a oração subordinada introduzida por "que" classifica-se como:
- (A) oração subordinada adjetiva explicativa, pois complementa o sentido do termo antecedente com uma informação adicional.
- (B) oração subordinada substantiva subjetiva, já que apresenta o sujeito da oração principal.
- (C) oração subordinada substantiva completiva nominal, uma vez que complementa o sentido de um nome.
- (D) oração subordinada substantiva predicativa, exercendo a função de predicativo do sujeito.
- (E) oração subordinada substantiva objetiva direta, pois funciona como complemento direto do verbo "chama".

11. No trecho “a destruição que hoje assusta a humanidade começou há séculos”, a figura de linguagem presente em “a destruição que hoje assusta a humanidade” está associada a:
- (A) eufemismo, pois suaviza uma ideia negativa sobre os efeitos da destruição.
 - (B) prosopopeia, ao atribuir um sentimento humano (“assusta”) a algo inanimado (“a destruição”).
 - (C) antítese, pois contrasta elementos opostos dentro do contexto do trecho.
 - (D) metonímia, já que substitui uma ideia pelo nome de uma de suas partes.
 - (E) paradoxo, pois une elementos que parecem contraditórios no contexto da frase.
12. No trecho “Por que nos causa tanto desconforto a ideia de que estamos caindo? A gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar”, podemos identificar o uso de um recurso de discurso que expressa diretamente a fala do autor, sem intermediações ou modificações na construção sintática. Esse recurso é característico de:
- (A) discurso indireto, pois transmite as ideias do autor de maneira adaptada ao contexto narrativo.
 - (B) discurso indireto livre, misturando as falas do autor com a voz do narrador, sem introduções formais.
 - (C) discurso direto, mas adaptado, pois permite a transmissão das ideias do autor com alterações estilísticas.
 - (D) discurso direto, que reproduz fielmente a fala do autor sem modificações, permitindo acesso direto ao seu pensamento.
 - (E) discurso indireto livre, onde a voz do autor se funde com a do narrador para gerar uma reflexão.
13. Analise a pontuação utilizada no trecho abaixo, retirado do texto sobre as reflexões de Ailton Krenak:
- “Para adiar o fim do mundo, é preciso deixar de insistir no que Krenak chama de 'mito da sustentabilidade', defendido inclusive por instituições como a ONU (Organização das Nações Unidas).”
- Com base nas normas de pontuação e no contexto do trecho, assinale a alternativa correta sobre o uso da vírgula e das aspas:
- (A) A vírgula após “mundo” é facultativa, pois não altera o sentido da frase.
 - (B) As aspas em “mito da sustentabilidade” poderiam ser removidas sem comprometer a clareza do texto, pois não têm função específica.
 - (C) A vírgula após “ONU” deveria ser retirada, pois separa desnecessariamente o nome completo da instituição.
 - (D) As aspas são utilizadas para destacar uma expressão popular e comum, amplamente aceita pelo público geral.
 - (E) A vírgula após “mundo” é necessária para separar a oração principal da oração subordinada reduzida de infinitivo, e as aspas destacam uma expressão específica do pensamento de Krenak, conferindo-lhe um tom crítico.
14. Considerando as normas de redação oficial, analise as alternativas a seguir e identifique a afirmativa correta sobre os princípios de clareza, objetividade e impessoalidade, fundamentais para documentos oficiais.
- (A) O uso da linguagem coloquial é permitido em documentos oficiais, desde que facilite o entendimento por parte do destinatário.
 - (B) O princípio da impessoalidade determina que o agente emissor do documento oficial deve ser identificado claramente ao final do texto, para dar transparência ao procedimento.
 - (C) A objetividade em documentos oficiais permite o uso de frases longas e complexas, com vários termos técnicos, para assegurar a precisão do conteúdo.
 - (D) A clareza em redação oficial é garantida pelo uso de linguagem rebuscada e termos técnicos específicos, pois demonstra o conhecimento do redator sobre o tema.
 - (E) O princípio da impessoalidade orienta que o documento oficial seja redigido sem marcas de personalidade, de modo que o foco esteja na instituição e não no indivíduo, mantendo um tom neutro e impessoal.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**Diego Ribeiro**

15. Três funcionários receberam um bônus de R\$ 6.000,00 para dividir em partes diretamente proporcionais aos tempos de serviço de 2, 3 e 5 anos, respectivamente. O valor recebido pelo funcionário com maior tempo de serviço será igual a:
- (A) R\$ 1.000,00
 - (B) R\$ 1.500,00
 - (C) R\$ 2.000,00
 - (D) R\$ 2.500,00
 - (E) R\$ 3.000,00

16. Carlos e Beatriz são advogados trabalhistas. Carlos tinha 40 processos para analisar e Beatriz, 60. Até o momento, os dois, ao todo, já finalizaram 25 processos e obtiveram 15 decisões favoráveis para seus clientes. Sabendo que Beatriz conseguiu 10 dessas decisões favoráveis e que o número de processos que Carlos finalizou corresponde a $\frac{1}{2}$ do número de processos não favoráveis, o número de processos que Beatriz ainda não finalizou é:
- (A) 30
(B) 40
(C) 25
(D) 35
(E) 15
17. Cinco juízes — Juiz A, Juiz B, Juiz C, Juiz D e Juiz E — estão alocados em cinco varas diferentes de um tribunal: Vara Trabalhista, Vara Cível, Vara Criminal, Vara de Família e Vara de Execução, não necessariamente nessa ordem. Cada juiz é responsável por um número diferente de processos (20, 30, 40, 50 e 60 processos). Sabe-se que:
1. O Juiz A não está na Vara de Execução e não tem 30 processos.
 2. O Juiz B está na Vara Cível, mas não possui 20 nem 40 processos.
 3. O Juiz que possui 60 processos está na Vara Criminal.
 4. O Juiz D não está na Vara Trabalhista e tem mais processos que o Juiz C.
 5. O Juiz E está na Vara de Família.
 6. O Juiz que está na Vara Trabalhista possui 30 processos.
- A diferença entre o número de processos do juiz da vara de família e do juiz da vara criminal é de:
- (A) 10
(B) 40
(C) 30
(D) 0
(E) 20

NOÇÕES DE INFORMÁTICA
Fabício Melo

18. Tanto a Internet quanto a Intranet operam com o mesmo conjunto de protocolos, conhecido como:
- (A) HTTP
(B) HTTPS
(C) SMTP
(D) TCP/IP
(E) IPX/SPX
19. Nas redes sociais, é uma palavra ou expressão precedida por um símbolo que é usada em plataformas de mídias sociais para categorizar conteúdos e facilitar a busca por temas específicos. Ao incluí-la em uma postagem, a rede social torna essa palavra ou expressão "cliqueável", permitindo que os usuários vejam outros conteúdos relacionados que utilizam a mesma expressão.
- A que se refere o enunciado:
- (A) Crawler
(B) Hashtag
(C) MIME
(D) LongTail
(E) SEO
20. Na Rede, filtra conteúdo e restringe o acesso a sites específicos, aplicando regras de navegação para proteger os usuários:
- (A) Firewall pessoal
(B) Proxy
(C) Antivírus
(D) SmartScreen
(E) Assinatura contra malwares

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

Maria Rafaela

21. Nos termos da CLT, sobre a licença-maternidade, é incorreto aduzir:
- (A) A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.
 - (B) A empregada deve, mediante atestado médico, notificar o seu empregador da data do início do afastamento do emprego, que poderá ocorrer entre o 28º (vigésimo oitavo) dia antes do parto e ocorrência deste.
 - (C) Os períodos de repouso, antes e depois do parto, poderão ser aumentados de até 4 (quatro) semanas cada um, mediante atestado médico.
 - (D) Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito aos 120 (cento e vinte) dias previstos.
 - (E) A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.
22. Durante o período de direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário, a mulher terá direito ao salário integral e, quando variável, calculado de acordo com **a média de um período específico de meses de trabalho**, bem como os direitos e vantagens adquiridos, sendo-lhe ainda facultado reverter à função que anteriormente ocupava. Esse período mencionado é de:
- (A) 3 (três) últimos meses de trabalho.
 - (B) 6 (seis) últimos meses de trabalho.
 - (C) 8 (oito) últimos meses de trabalho.
 - (D) 10 (dez) últimos meses de trabalho.
 - (E) 12 (doze) últimos meses de trabalho.
23. Sobre o trabalho da mulher e sua previsão na CLT, é incorreto aduzir:
- (A) Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico oficial, a mulher terá um repouso não remunerado de 2 (duas) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.
 - (B) Para amamentar seu filho, inclusive se advindo de adoção, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um.
 - (C) Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado, a critério da autoridade competente.
 - (D) Os horários dos descansos previstos na licença-maternidade deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador.
 - (E) Os locais destinados à guarda dos filhos das operárias durante o período da amamentação deverão possuir, no mínimo, um berçário, uma saleta de amamentação, uma cozinha dietética e uma instalação sanitária.
24. Nos termos do contrato de aprendizagem previstos na CLT, é proibido:
- (A) qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, inclusive, na condição de aprendiz.
 - (B) qualquer trabalho a menores de catorze anos de idade, inclusive, na condição de aprendiz.
 - (C) qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 16 anos.
 - (D) qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - (E) qualquer trabalho a menor de 21 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

25. Nos termos do contrato de aprendizagem e o trabalhador menor brasileiro, considera-se incorreto na análise do tema sob a ótica da CLT:
- (A) Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.
 - (B) Verificado pela autoridade competente que o trabalho executado pelo menor é prejudicial à sua saúde, ao seu desenvolvimento físico ou a sua moralidade, poderá ela obrigá-lo a abandonar o serviço, devendo a respectiva empresa, quando for o caso, proporcionar ao menor todas as facilidades para mudar de funções.
 - (C) É vedado prorrogar a duração normal diária do trabalho do menor, salvo: até mais 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixada.
 - (D) Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 21 (vinte e um) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.
 - (E) É dever dos responsáveis legais de menores, pais, mães, ou tutores, afastá-los de empregos que diminuam consideravelmente o seu tempo de estudo, reduzam o tempo de repouso necessário à sua saúde e constituição física, ou prejudiquem a sua educação moral.
26. Sobre o disposto em remuneração e salário na CLT, é correto aduzir:
- (A) Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, salvo as gorjetas.
 - (B) Considera-se gorjeta apenas a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, excluindo-se do conceito o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.
 - (C) Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações "in natura" que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornece habitualmente ao empregado, admitindo-se, excepcionalmente, o pagamento com bebidas alcoólicas.
 - (D) A habitação e a alimentação fornecidas como salário utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, ambas, a 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual.
 - (E) Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.
27. Em relação às gorjetas e o entendimento sumulado do TST, é correto dizer que as **gorjetas**, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes
- (A) integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
 - (B) não integram a remuneração do empregado e não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
 - (C) não integram a remuneração do empregado, porém, servem com base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
 - (D) integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, porém, servem para as verbas relacionadas ao adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
 - (E) integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio e horas extras, porém, servem para as verbas relacionadas ao adicional noturno e repouso semanal remunerado.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Maria Rafaela

28. Conforme o entendimento sumulado do TST, não corresponde ao teor de súmulas editadas e em vigência no atual cenário brasileiro:
- (A) Quando a intimação tiver lugar na sexta-feira, ou a publicação com efeito de intimação for feita nesse dia, o prazo judicial será contado da segunda-feira imediata, inclusive, salvo se não houver expediente, caso em que fluirá no dia útil que se seguir.
 - (B) A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, importa arquivamento do processo.
 - (C) As anotações apostas pelo empregador na carteira profissional do empregado não geram presunção juris et de jure, mas apenas juris tantum.
 - (D) A compensação, na Justiça do Trabalho, está restrita a dívidas de natureza trabalhista.
 - (E) A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida.

29. No caso de custas previstas na CLT e com entendimento jurisprudencial sumulado do TST, é incorreto aduzir:
- (A) No caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, descabe um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer. Deverá ao final, se sucumbente, reembolsar a quantia.
 - (B) Não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo ser as custas pagas ao final.
 - (C) O reembolso das custas à parte vencedora faz-se necessário mesmo na hipótese em que a parte vencida for pessoa isenta do seu pagamento, nos termos do art. 790-A, parágrafo único, da CLT.
 - (D) Nas ações plúrimas, as custas incidem sobre o respectivo valor global.
 - (E) A alçada é fixada pelo valor dado à causa na data de seu ajuizamento, podendo ser alterado no curso do processo.
30. Sobre a temática de partes e procuradores, previstos na CLT, é correto aduzir:
- (A) O jus postulandi na Justiça do Trabalho existe apenas para o empregado, autor da demanda.
 - (B) Nos dissídios coletivos, é obrigatória a assistência por advogado.
 - (C) O jus postulandi só existe no 1º grau na Justiça do Trabalho, nas Varas do Trabalho.
 - (D) O jus postulandi das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) Não existe a previsão expressa do procurador apud acta.
31. Sobre os honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, conforme a CLT, é correto aduzir:
- (A) Não existe a possibilidade de sucumbência recíproca na Justiça do Trabalho.
 - (B) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento).
 - (C) Não existe expressa previsão de honorários advocatícios contra a Fazenda Pública.
 - (D) É possível a compensação de honorários.
 - (E) São devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
32. Em relação ao dano processual com previsão na CLT, é incorreto aduzir:
- (A) Somente a requerimento é possível o juízo condenar o litigante de má-fé a pagar multa.
 - (B) Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como reclamante, reclamado ou interveniente.
 - (C) Testemunha pode responder por litigância de má-fé.
 - (D) O juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa.
 - (E) Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.
33. Em relação às nulidades no processo do trabalho, é incorreto aduzir:
- (A) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - (B) Nenhuma nulidade poderá ser declarada de ofício.
 - (C) O juiz ou Tribunal que se julgar incompetente determinará, na mesma ocasião, que se faça remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão.
 - (D) O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.
 - (E) A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.
34. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo (x) a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento de suspensão da audiência e análise, em primeiro, da exceção:
- (A) 24 horas
 - (B) 48 horas
 - (C) 72 horas
 - (D) 5 dias
 - (E) 10 dias

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL
Weslei Machado

35. Considere a seguinte situação hipotética: Maria, advogada com mais de dez anos de atividade profissional em direito do trabalho e amplamente reconhecida por sua competência (notável saber jurídico) e reputação ilibada, pretende ocupar uma vaga de Ministra no Tribunal Superior do Trabalho, tendo sido escolhida pelo Presidente da República.

Assinale a alternativa correta quanto ao procedimento de nomeação e requisitos necessários para Maria assumir o cargo de Ministra no TST.

- (A) Maria não pode ser nomeada Ministra do TST, pois a Constituição exige que todos os Ministros sejam oriundos da magistratura de carreira.
 - (B) Maria deverá ter sua nomeação aprovada por maioria simples no Senado Federal, conforme o procedimento padrão para nomeações judiciais.
 - (C) A nomeação de Maria deve ser aprovada por maioria absoluta no Senado Federal, conforme exigência constitucional para o cargo de Ministro do TST.
 - (D) Maria pode ser nomeada sem a necessidade de aprovação pelo Senado, desde que apresente comprovação de sua experiência na área jurídica.
 - (E) A indicação de Maria é inapropriada, pois a Constituição especifica que apenas membros do Ministério Público podem ser indicados para o TST.
36. Considere a seguinte situação hipotética: Uma empresa pública federal enfrenta uma greve de seus funcionários, que alegam condições insalubres de trabalho e falta de equipamentos de proteção individual adequados. Durante a greve, um sindicato representante dos trabalhadores busca a Justiça do Trabalho para mediar o conflito, incluindo a reivindicação de indenizações por danos morais e patrimoniais devido às condições insalubres.

Com base nas disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA sobre as competências da Justiça do Trabalho para lidar com essa situação.

- (A) Julgar a legalidade da greve e as condições que a motivaram.
 - (B) Mediar as negociações entre o sindicato e a empresa pública para resolver o conflito trabalhista.
 - (C) Executar de ofício as contribuições sociais relacionadas às questões salariais discutidas na greve.
 - (D) Processar e julgar ações de indenização por dano moral decorrentes da falta de equipamentos de proteção individual.
 - (E) Resolver disputas sobre acidentes de trabalho decorrente da ausência de equipamentos de proteção individual propostas contra o INSS.
37. Considere a seguinte situação hipotética: Em um estado da federação brasileira, o Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador a partir de uma lista tríplice formada por integrantes da carreira do Ministério Público estadual, enfrenta uma crise institucional após ser acusado de negligência em importantes investigações de corrupção. Pressionado por opiniões públicas e políticas, o Governador decide iniciar o processo para a destituição do Procurador-Geral.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis à espécie, assinale a alternativa CORRETA sobre o processo de destituição do Procurador-Geral de Justiça.

- (A) O Governador pode destituir o Procurador-Geral sem a necessidade de aprovação do Poder Legislativo estadual.
- (B) A destituição do Procurador-Geral de Justiça depende de autorização prévia da maioria absoluta do Senado Federal.
- (C) O Procurador-Geral de Justiça só pode ser destituído após a formação de uma nova lista tríplice que valide a decisão do Governador.
- (D) A destituição do Procurador-Geral de Justiça exige deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo estadual, conforme lei complementar.
- (E) O Procurador-Geral de Justiça tem mandato vitalício e não pode ser destituído, exceto por sentença judicial transitada em julgado.

38. Considere a seguinte situação hipotética: Marina, servidora pública federal e titular de um cargo efetivo no Ministério da Educação, sofre um acidente que resulta em limitações físicas permanentes, impedindo-a de continuar exercendo as atividades típicas de sua função original. Após avaliação médica oficial, verifica-se que Marina está apta a desempenhar atividades menos exigentes fisicamente, compatíveis com sua nova condição.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis à espécie, analise as afirmativas a seguir sobre o processo de readaptação de Marina e assinale a opção CORRETA.

- (A) Marina pode ser readaptada para um cargo com remuneração inferior, desde que as atribuições sejam compatíveis com sua capacidade física reduzida.
 - (B) Marina deve ser aposentada compulsoriamente, pois suas limitações físicas permanentes impedem a continuação no serviço público.
 - (C) Marina poderá ser readaptada para outro cargo cujas atribuições sejam compatíveis com sua limitação física, mantendo a remuneração de seu cargo de origem.
 - (D) A readaptação de Marina exige que o novo cargo tenha responsabilidades maiores, justificando a manutenção da remuneração original.
 - (E) Marina será transferida para um cargo de nível hierárquico superior para acomodar a necessidade de adaptação de suas funções.
39. Em uma situação hipotética, a Câmara dos Deputados, por maioria qualificada de dois terços de seus membros, admite uma acusação contra o Presidente da República por crime de responsabilidade. Consequentemente, o Presidente é submetido a julgamento perante o Senado Federal. Durante o processo, surgem dúvidas sobre os procedimentos e as consequências imediatas dessa decisão.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis à espécie, assinale a opção CORRETA sobre o procedimento e as implicações imediatas para o Presidente da República.

- (A) O Presidente será afastado de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal, mas não poderá ser preso enquanto não houver uma sentença condenatória nas infrações comuns.
 - (B) O Presidente da República será submetido a julgamento no Supremo Tribunal Federal pelos crimes de responsabilidade, ficando afastado de suas funções após a instauração do processo.
 - (C) O Presidente será imediatamente afastado de suas funções e poderá ser preso se a acusação incluir infrações penais comuns.
 - (D) Se o julgamento no Senado Federal não for concluído em até cento e oitenta dias, o Presidente será reconduzido ao cargo automaticamente, mas o processo será arquivado.
 - (E) O Presidente não pode ser afastado de suas funções nem submetido a julgamento durante a vigência de seu mandato, exceto se a acusação for relacionada a atos do exercício de suas funções.
40. Considere a seguinte situação hipotética: Durante um período de crise econômica acentuada, o Presidente da República edita uma medida provisória (MP) que altera significativamente a tributação sobre o consumo de bens de luxo. Poucas semanas após sua publicação e antes de sua apreciação pelo Congresso Nacional, surge um consenso que a medida provisória é excessivamente onerosa para o setor econômico afetado. Em resposta, o Presidente decide emitir uma nova medida provisória que revoga explicitamente a anterior.

Com base nas disposições da Constituição Federal e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção CORRETA.

- (A) A medida provisória revogada deixa de existir completamente, e o Congresso Nacional não possui mais a obrigação de apreciá-la.
- (B) Mesmo após a revogação da primeira medida provisória por uma segunda, a primeira permanece sujeita à apreciação do Congresso Nacional, que pode rejeitá-la definitivamente.
- (C) A revogação da medida provisória por outra nova medida provisória elimina a necessidade de apreciação da medida original pelo Congresso Nacional, consolidando imediatamente os efeitos da nova medida.
- (D) Uma vez que uma medida provisória é revogada por outra, ambas as medidas devem ser apreciadas em conjunto pelo Congresso Nacional, e a segunda somente terá validade após a primeira ser oficialmente rejeitada.
- (E) O Presidente da República não pode revogar uma medida provisória antes de sua apreciação pelo Congresso Nacional; portanto, a segunda medida provisória é inconstitucional.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**Rafael de Oliveira**

41. Sobre o princípio da impessoalidade na Administração Pública, é correto afirmar que:
- (A) permite ao agente público utilizar o cargo para promover interesses pessoais, desde que isso traga benefício ao serviço público.
 - (B) estabelece que o agente público deve atuar sem favoritismo, garantindo que a atuação administrativa seja neutra e focada no interesse público.
 - (C) é um princípio que se aplica exclusivamente aos cargos do Poder Executivo, sem abrangência nos demais poderes.
 - (D) possibilita ao agente público praticar atos administrativos com base em critérios subjetivos, desde que em consonância com a moralidade.
 - (E) autoriza a utilização do nome do agente público para divulgar atos administrativos, reforçando a importância da autoridade que o pratica.
42. O Decreto-Lei n. 4.657/1942, também conhecido como Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em sua atual redação, tem como uma de suas principais finalidades:
- (A) regular o processo administrativo no âmbito federal.
 - (B) estabelecer normas gerais sobre a Administração Pública indireta.
 - (C) fornecer regras de interpretação e aplicação das normas jurídicas.
 - (D) definir as modalidades de licitação no âmbito municipal.
 - (E) criar mecanismos de controle para os contratos administrativos.
43. De acordo com a Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, é correto afirmar que:
- (A) a competência administrativa pode ser delegada, inclusive para tomada de decisão final em processos punitivos.
 - (B) a revogação de um ato administrativo ocorre quando este apresenta vício de legalidade.
 - (C) o prazo para interposição de recursos administrativos será, em regra, de cinco dias.
 - (D) são considerados requisitos do ato administrativo: competência, forma, motivo, objeto e finalidade.
 - (E) a anulação de um ato administrativo produz efeitos exclusivamente prospectivos.
44. A respeito da Lei n. 8.429/1992, alterada pela Lei n. 14.230/2021, sobre improbidade administrativa, marque a opção correta.
- (A) A improbidade administrativa caracteriza-se exclusivamente pelo prejuízo ao erário.
 - (B) O agente público será responsabilizado por ato de improbidade, independentemente de dolo ou culpa.
 - (C) A punição por improbidade administrativa pode incluir perda de função pública, ressarcimento ao erário e suspensão dos direitos políticos.
 - (D) A Lei de Improbidade Administrativa aplica-se apenas aos servidores do Poder Executivo Federal.
 - (E) É vedado ao Ministério Público atuar nos processos de improbidade administrativa.
45. Em relação à Lei n. 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) As contratações diretas por dispensa de licitação devem ser justificadas, e sua escolha é exclusivamente discricionária do administrador público.
 - (B) A modalidade de pregão não é prevista pela nova lei de licitações e contratos administrativos.
 - (C) O princípio da publicidade deve ser observado apenas no momento da assinatura do contrato.
 - (D) A Lei n. 14.133/2021 prevê a obrigatoriedade de realizar uma licitação em casos de interesse público.
 - (E) As sanções previstas na Lei n. 14.133/2021 são aplicáveis apenas a agentes públicos.

46. Em relação aos poderes administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.
- I. O poder hierárquico permite que a Administração distribua e escalone funções, estabelecendo uma relação de subordinação entre os agentes e órgãos administrativos.
 - II. O poder de polícia é aquele que autoriza a Administração a fiscalizar e restringir atividades privadas, sempre com o objetivo de garantir o interesse coletivo e o bem-estar público.
 - III. O poder discricionário permite que a Administração aja de forma totalmente livre em qualquer situação, sem qualquer vinculação a critérios legais ou normativos.
- (A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - (B) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
 - (C) Somente a afirmativa II está correta.
 - (D) Somente a afirmativa III está correta.
 - (E) Todas as afirmativas estão corretas.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

José Wesley

47. No contexto do Balanced Scorecard (BSC), representam os "indicadores" os(as):
- (A) elementos que estabelecem metas genéricas sem vínculo com objetivos estratégicos.
 - (B) ferramentas utilizadas para medir o desempenho em relação aos objetivos estratégicos definidos.
 - (C) simples registros financeiros que não influenciam na estratégia da organização.
 - (D) componentes da análise SWOT para avaliação de cenários.
 - (E) elementos irrelevantes que não impactam na gestão estratégica.
48. Em um cenário onde uma empresa identifica uma nova tecnologia emergente que pode ser benéfica para seu negócio, essa tecnologia seria classificada no seguinte componente da análise SWOT:
- (A) Forças
 - (B) Fraquezas
 - (C) Oportunidades
 - (D) Ameaças
 - (E) Necessidades
49. De acordo com a teoria dos dois fatores de Herzberg, indique a alternativa que é considerada um fator motivacional.
- (A) Salário
 - (B) Condições de trabalho
 - (C) Política da empresa
 - (D) Reconhecimento
 - (E) Relações interpessoais
50. Assinale a alternativa que representa um exemplo de uma missão organizacional.
- (A) "Expandir nosso portfólio de produtos para alcançar novos mercados globais."
 - (B) "Ser reconhecida como líder em inovação no setor de tecnologia."
 - (C) "Prover soluções de software que melhoram a eficiência operacional de nossos clientes."
 - (D) "Adotar práticas sustentáveis em todas as nossas operações."
 - (E) "Estabelecer uma cultura de colaboração e criatividade."
51. O Balanced Scorecard (BSC) é uma ferramenta de gestão estratégica que permite a organização alinhar suas atividades diárias à estratégia de longo prazo. Uma das perspectivas do BSC é focada na visão do cliente. Assinale a alternativa abaixo que melhor descreve essa perspectiva.
- (A) Avaliação de processos internos para otimização operacional.
 - (B) Medição do retorno sobre o investimento (ROI).
 - (C) Avaliação da satisfação, retenção e aquisição de clientes.
 - (D) Desenvolvimento das competências e habilidades dos colaboradores.
 - (E) Análise de ameaças e oportunidades de mercado.

52. No setor público, indique qual dos seguintes elementos é fundamental para garantir a accountability.
- (A) Centralização das decisões em um único órgão.
 - (B) Transparência nos processos e acessibilidade das informações ao público.
 - (C) Exclusão da participação dos cidadãos nas decisões.
 - (D) Implementação de políticas de incentivo fiscal sem monitoramento.
 - (E) Redução de auditorias internas.
53. Em relação aos estilos de liderança, assinale a alternativa descreve corretamente o estilo de liderança transformacional.
- (A) Centralização do poder e tomada de decisões unilaterais.
 - (B) Promoção de um ambiente onde a equipe tem autonomia para tomar decisões.
 - (C) Enfoque em recompensas e punições para obter resultados.
 - (D) Inspiração e motivação dos membros da equipe para alcançar metas e se desenvolverem.
 - (E) Enfoque exclusivo na execução de tarefas conforme procedimentos padronizados.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL
Cristiny Rocha

54. Conforme disposições da LINDB, analise as assertivas e assinale a incorreta.
- (A) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.
 - (B) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.
 - (C) O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes.
 - (D) O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro.
 - (E) O domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos não emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda.
55. Carina escolhe hospedaria para seus dias de férias e após o encerramento da viagem fica devendo R\$ 1.000,00 (mil reais) ao local. Contudo, após diversas tentativas, ela não arcou com o pagamento, sendo que, após 2 anos, o local ingressou com ação judicial para a cobrança dos valores monetariamente atualizados. Nessa linha:
- (A) Carina deverá pagar o valor monetariamente atualizado, pois o prazo prescricional é de três anos.
 - (B) Carina poderá alegar a prescrição do valor, pois o prazo prescricional seria de um ano.
 - (C) Carina deverá pagar o valor monetariamente atualizado, pois o prazo prescricional é de quatro anos.
 - (D) Carina deverá pagar o valor monetariamente atualizado, pois o prazo prescricional é de cinco anos.
 - (E) Carina deverá pagar o valor monetariamente atualizado, pois o prazo prescricional é de dez anos.
56. Sobre o direito das obrigações, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.
 - (B) Deteriorada a coisa, sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
 - (C) Até a tradição pertence ao credor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o devedor não anuir, poderá o credor resolver a obrigação.
 - (D) A coisa incerta será indicada, ao menos, pelo gênero, qualidade e quantidade.
 - (E) Antes da escolha nos casos de obrigação de dar coisa incerta, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, salvo por força maior ou caso fortuito.

57. Carlos contrata serviço de Pedro, prevendo em contrato que no caso de inexecução da obrigação qualquer das partes poderia demandar em juízo pelas indenizações cabíveis. Após 5 anos, passam a discordar, o que leva Carlos a ingressar com ação pelo inadimplemento das obrigações. Nesse sentido, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros, atualização monetária, mas não responderá por honorários de advogado, que devem ser arbitrados pelo juiz.
 - (B) Na hipótese de o índice de atualização monetária não ter sido convencionado ou não estar previsto em lei específica, será aplicada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou do índice que vier a substituí-lo.
 - (C) Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que deixou de executar o ato.
 - (D) O devedor não responde pela mora, mas o principal deve sofrer com juros, atualização dos valores monetários e honorários de advogado.
 - (E) Não havendo termo, a mora se constitui somente por interpelação judicial.
58. Conforme as disposições do Código Civil, é correto afirmar que o contrato de depósito
- (A) é aquele pelo qual recebe o depositário um objeto móvel ou imóvel, para guardar, até que o depositante o reclame.
 - (B) deverá ser oneroso.
 - (C) obrigará o depositário a ter na guarda e conservação da coisa depositada o cuidado e diligência que costuma com o que lhe pertence, bem como a restituí-la, com todos os frutos e acréscidos, quando o exigir o depositante.
 - (D) deverá ter a restituição da coisa no lugar em que tiver de ser guardada.
 - (E) ainda que o contrato fixe prazo à restituição, o depositário entregará o depósito logo que se lhe exigir, pois não se falará em direito de retenção.
59. Sobre o contrato de compra e venda, conforme disposições do Código Civil, é correto afirmar que
- (A) nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto autoriza a rejeição de todas.
 - (B) é nula a compra e venda entre cônjuges.
 - (C) estão vedados de comprar em hasta pública os tutores, curadores, testamenteiros e administradores, ainda que não sejam bens confiados à sua guarda ou administração.
 - (D) é nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
 - (E) até o momento da tradição, os riscos da coisa correm por conta do vendedor, e os do preço por conta do comprador.
60. Sobre o enriquecimento sem causa, conforme disposições do Código Civil, assinale a alternativa incorreta.
- (A) Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.
 - (B) A restituição é devida, só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento.
 - (C) Não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
 - (D) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la.
 - (E) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.



Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região
Técnico Judiciário - Área Administrativa

Folha de Respostas

Número do Caderno	Cargo ou Opção
000000000	Técnico Judiciário - Área Administrativa

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -

ASSINATURA ILIMITADA 9.0

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada 9.0** do Gran Cursos Online.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 2,8 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora